



ACÓRDÃO Nº918/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11159/2021.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- **Embargante:** Josué Rocha de Freitas.
- 4- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Junior – OAB/AM 5851.
- 5- **Procurador de Contas Oficiante do Processo:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça
- 6- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** dos Embargos de Declaração do Sr. **Josué Rocha de Freitas** e **Mário Jumbo Miranda Aufiero**, por terem sido interpostos nos termos regimentais;
- 7.2. **Dar Provimento** os Embargos de Declaração do Sr. **Josué Rocha de Freitas** e **Mário Jumbo Miranda Aufiero**, para sanar a omissão arguida, no sentido de anular o Acórdão 189/2022 - TCE / Tribunal Pleno, devendo os autos serem instruídos novamente, a fim de que seja procedida a individualização das condutas dos Srs. **Josué Rocha de Freitas**, gestor à época, e do Sr. **Mário Jumbo Aufiero**, figurando como ordenador de despesas;
- 7.3. **Dar Provimento** ao Recurso do Sr. **Josué Rocha de Freitas** e **Mário Jumbo Miranda Aufiero**, devendo-se fazer constar os Srs. **Josué Rocha de Freitas**, gestor à época, e do Sr. **Mário Jumbo Aufiero**, figurando como ordenador de despesas, no lugar de Orlando Amaral.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº918/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Vencido a proposta de voto do Auditor Relator Alípio Reis Firmo Filho que acatou, em sessão, o posicionamento do Ministério Público de Contas pelo provimento dos Embargos com correção imediata da individualização de condutas dos gestores.

8- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 14 de Junho de 2022.

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

10.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral